

"O Brasil não tem futuro sem distribuir renda e se não enfrentar agora a questão do narcotráfico e da violência."

José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, ontem em Brasília, em desabafo contra o tom individualista observado nos Estados e sua resistência em receber presídios federais ou presos de outros estados.

Inclusão digital e combate à miséria



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

No último sábado, dia 29 de março, foi celebrado o dia da inclusão digital, que visou motivar o debate a nível nacional e local em torno de ações na área de Inclusão Digital (ID). A concepção do também chamado dia "D" deve-se ao Comitê para Democratização da Informática (CDI) que utilizou a sua rede de filiais operante em 16 estados e cinco países para difundi-la. O acesso à tecnologia digital pode se dar em várias instâncias: nos lares, no trabalho, nos negócios, nas escolas, nos serviços públicos em geral, etc. A inclusão digital é cada vez mais parceira da cidadania e da inclusão social, ela está presente do apertar do voto das urnas eletrônicas ao uso dos cartões do Bolsa-Escola, passando ao primeiro acesso do jovens ao computador que poderá ser o passaporte de entrada ao primeiro emprego.

Alguns países, como a Irlanda, estão revolucionando suas sociedades com políticas voltadas para a inclusão digital. A Irlanda constituía talvez o melhor exemplo de um país europeu onde a miséria imperava, desde muito tempo. No século XIX cerca de um milhão de irlan-

deses morreram de fome, desencadeando a onda imigratória em direção aos Estados Unidos. As batatas originárias do novo mundo e transplantadas diretamente às hortas e pratos irlandeses foram vítimas de um misterioso fungo. Como 90% da dieta irlandesa eram constituída de batatas, as vítimas da fome se acumulavam com a velocidade que o fungo se espalhava. Cabe lembrar que a Irlanda fazia parte da nação mais rica do mundo da época, a Grã-Bretanha, que ficou de braços cruzados. A revolta irlandesa ilustrada no (injustiçado) filme "Gangues de Nova York", ou nas ações do exército republicano irlandês (IRA), tem sido hoje pacificada. Talvez como fruto de políticas sociais e econômicas de ponta implantadas nos últimos anos. A Irlanda dispõe de um sistema explícito de metas de redução de pobreza e políticas deliberadas de inclusão digital.

Da fome irlandesa podemos apreender algumas lições e adaptá-las para nossa política social. Em primeiro lugar, solidariedade é fundamental e não automática. Solidariedade é algo que não se compra na prateleira dos supermercados, e que se desaprende no dia a dia das flutuações dos mercados. A solidariedade sistêmica, esta sim pode ser reforçada desde as ações e exemplos emanados desde o estado e governantes. Este canal assume importância cada vez maior com a crescente conectividade das pessoas. Em segundo lugar, não devemos colocar

todos os ovos na mesma cesta (vide esta coluna, do dia 18/03). Em terceiro lugar, cuidado com as coisas que se traz de fora, o que é bom para outros países, não é necessariamente bom para nossa terra. Neste aspecto, a discussão suscitada neste fim de semana pelo Banco Mundial em Brasília pode trazer bons frutos brasileiros. Valorizar mais ações como o "progressa" mexicano (e menos o "food stamps" americano). O "progressa", além de mais adaptado à nossa realidade cultural e climática é mais moderno. Viva México! Viva o "progressa"!

Da experiência irlandesa (e mexicana) contemporânea, eu gostaria de enfatizar a busca da modernidade na política social. Os miseráveis querem mais do que políticas miseráveis. O princípio que "de graça até injeção na testa", não deveria se aplicar às políticas públicas ou às ações privadas. Os pobres apreciam o que é bom e moderno, muito além da imaginação da elite, isto é, nós os leitores de jornal.

Um dos melhores exemplos da demanda (paga) dos pobres por qualidade foram as iniciativas empresariais de Magic Johnson, o ídolo do basquete americano que abriu com estrondoso sucesso luxuosas salas de cinema multiplex em subúrbios negros de Los Angeles. A experiência de abertura da franquias de McDonalds na favela da Rocinha no Rio de Janeiro é um exemplo local deste mesmo tipo de fenômeno.

Mas o que nos interessa mais especificamente aqui é o combate à chamada brecha digital. Não apenas porque a distância entre providos e desprovidos de tecnologia digital tende a aumentar numa época de forte inovação tecnológica mas pela oportunidade de diminuir esta desigualdade pelas vias dos ganhos dos mais pobres (e não com maior queda de renda dos ricos à la Collor de Melo). Existem poucos diagnósticos e debates no contexto brasileiro sobre o binômio inclusão/exclusão digital, talvez devido ao tardio reconhecimento da importância

A maior parte das maiores fortunas do mundo deriva da nova economia. Mas como levá-la aos mais jovens e desfavorecidos?

do tema no escopo das políticas públicas. O último que tive oportunidade de assistir envolvendo todos assessores dos quatro principais candidatos presidenciais promovido pelo CDI praticamente se restringiu à questão da geração de empregos para a classe média e alta pelas vias da indústria de informática. A discussão raramente envereda pelo acesso às tecnologias pelo lado do usuário ou do pobre, seja ele trabalhador, desempregado, estudante ou um empresário-nânico.

Ações como aquela comandada por Rodrigo Baggio, criador e propulsor do CDI, o nosso Nelson Mandela do "apartheid" digital, representam oportunidade ímpar do combate sustentável à miséria. A ID representa um canal privilegiado para criação de oportunidades de geração de renda e de cidadania da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento. Basta lembrar que na lista das 10 maiores fortunas do mundo, a maior parte deriva da nova economia. Estas pessoas partiram de baixo, o que reflete a miríade de oportunidades existentes no tema. As ações de inclusão digital buscam difundir o sucesso obtido na tecnologia de ponta pelos mais desfavorecidos. O analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera consequências virtualmente em todos campos da vida do indivíduo.

Uma propriedade interessante de ações de inclusão digital assim como outras políticas voltadas para o público infante-juvenil é que foco e persistência caminham de mãos dadas com o alto retorno observado. Metade dos miseráveis brasileiros integra este grupo etário na população. A juventude guarda o futuro da miséria brasileira. Mas enquanto a tecnologia não chega lá...

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br